

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL**

**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2026**

Requer a realização de audiência pública intitulada “Custos Ocultos dos Sistemas Alimentares Brasileiros”, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Apresentação: 23/06/2026 10:15:14.803 - CMADS

REQ n.52/2026

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos 24, III e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública intitulada “Custos Ocultos do Sistemas Alimentares Brasileiros”.

A referida audiência terá a presença dos(as) seguintes convidados(as):

- Wanderson Costa da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL) e integrante da rede internacional FABLE (Food, Agriculture, Biodiversity, Land-Use and Energy) (participação remota);
- Representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS);
- Representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)
- Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
- Representante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea);
- Representante Cátedra Josué de Castro da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição de audiência pública, intitulada “Custos Ocultos dos Sistemas Alimentares Brasileiros” justifica-se pela urgência de fortalecer a agenda de sistemas alimentares e clima, bem como de diagnósticos relacionados à ela, auxiliando na compreensão de externalidades negativas do atual modelo de sistema alimentar hegemônico. Esse modelo é caracterizado pela “tríplice monotonia alimentar”: (i) produção agrícola em larga escala baseada em monocultura com alto uso de agrotóxicos e outros insumos químicos - principalmente *commodities* agrícolas, (ii) criação intensiva de animais com uso inadequado e excessivo de antibiótico e baixa variedade genética, e (iii) baixa diversidade nas dietas com alto consumo de produtos ultraprocessados e de origem animal. Este modelo tem causado impacto à biodiversidade, pressão sobre o meio ambiente, além de perdas socioeconômicas e o adoecimento das populações.

Por sistemas alimentares, entende-se todos os processos e atores envolvidos na produção, extração, transporte, distribuição, armazenamento, venda, compra, consumo e descarte de alimentos, incluindo também aspectos políticos, socioeconômicos e ambientais, bem como os desfechos e impactos gerados em todas as suas etapas.



Dados do relatório SOFA (*State of Food and Agriculture*), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), indicam que o sistema alimentar hegemônico gera elevados custos ocultos, impondo um severo prejuízo macroeconômico e social ao desenvolvimento do país. No Brasil, os custos ocultos atingiram cerca de US\$ 500 bilhões (aproximadamente 16% do produto interno bruto (PIB), sendo que em torno de US\$ 80 bilhões poderiam ser evitados a cada ano. Esses custos refletem danos socioambientais, perda de biodiversidade, vulnerabilidade climática, erosão das culturas alimentares e efeitos negativos à saúde associados a padrões alimentares inadequados, que afetam de forma desproporcional populações em situação de vulnerabilidade<sup>1</sup>. O relatório também evidencia, em diálogo com outras evidências científicas, que as dietas estão cada vez mais monótonas, excessivamente baseadas em um número reduzido de culturas alimentares, o que compromete a realização de uma alimentação diversa, adequada e saudável e a sustentabilidade dos sistemas alimentares.

No contexto nacional, esse cenário fica marcado pela mudança de padrões alimentares caracterizada pelo avanço progressivo do consumo de produtos ultraprocessados e de origem animal<sup>2,3,4</sup>, em detrimento de alimentos in natura e minimamente processados como frutas, verduras, oleaginosas e leguminosas<sup>5,6</sup>. Esses alimentos desempenham papel fundamental na promoção da saúde, por garantirem uma maior diversidade da alimentação e atenderem às necessidades humanas de forma completa. Dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017–2018 indicam que a ingestão destes alimentos é insuficiente no Brasil, evidenciando uma tendência à monotonia alimentar. Ressalta-se que essa transição alimentar, marcada pela padronização das dietas, não está dissociada das características do sistema alimentar hegemônico e de seus custos ocultos, mas integra a problemática.

Assim, a partir do diagnóstico de insustentabilidade (ambiental e econômica) e dos severos impactos à saúde pública do atual sistema alimentar hegemônico, entende-se ser necessário e urgente a incorporação desses temas no debate nacional. Com isso, destaca-se que os padrões alimentares são resultado de fatores estruturais — econômicos, sociais, culturais e territoriais — que vão além das escolhas individuais. Assim, políticas públicas são fundamentais para a promoção de sistemas alimentares mais saudáveis, sustentáveis e justos. O Brasil, devido à sua dimensão continental e à diversidade de seus biomas, culturas alimentares e menor dependência de *commodities* importadas, apresenta grande potencial para ampliar a produção e o consumo de alimentos locais e regionais. O fortalecimento da agricultura familiar, da agroecologia, dos circuitos curtos de comercialização e das cadeias produtivas locais pode contribuir simultaneamente para a segurança alimentar e nutricional, o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental. Nesse debate, também ganha relevância o Marco de Referência de Sistemas Alimentares e Clima para Políticas Públicas, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)<sup>7</sup>, o qual destaca que os sistemas alimentares contribuem para a crise climática, ao mesmo tempo em que são afetados por

<sup>1</sup> Koberle, A. & Costa, W. Chapter 3: Brazil. In: FABLE. How to reduce agrifood systems' future hidden costs? A multicountry case study – State of the Food and Agriculture (SOFA) 2024 background report. Paris: SDSN, 2024. p.85–104.

<sup>2</sup> Louzada, M. L. C. *et al.* Consumo de alimentos ultraprocessados no Brasil: distribuição e evolução temporal 2008–2018. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 57, p. 1-12, 2023.

<sup>3</sup> Abramovay, R. *et al.* O mito do déficit proteico. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 59, e21, 2025.

<sup>4</sup> Glauber, J. & Laborde, D. Repurposing food and agricultural policies to deliver affordable healthy diets, sustainably and inclusively: what is at stake? Background paper for The State of Food Security and Nutrition in the World 2022. FAO Agricultural Development Economics Working Paper 22-05. Rome, FAO. 2023. <https://doi.org/10.4060/cc4348en> Glauber, J. & Laborde, D. Repurposing food and agricultural policies to deliver affordable healthy diets, sustainably and inclusively: what is at stake? Background paper for The State of Food Security and Nutrition in the World 2022. FAO Agricultural Development Economics Working Paper 22-05. Rome, FAO. 2023. <https://doi.org/10.4060/cc4348en>

<sup>5</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017–2018: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

<sup>6</sup> Levy, R. B. *et al.* Três décadas da disponibilidade domiciliar de alimentos segundo a NOVA – Brasil, 1987–2018. *Revista de Saúde Pública*, v. 56, 75, 2022.



ela, o que os coloca no centro da ação climática e da garantia de direitos. Este material será considerado como importante referência para a integração entre alimentação, saúde, clima e desenvolvimento sustentável.

A discussão sobre os custos ocultos dos sistemas alimentares também deve ser compreendida sob a perspectiva de 'Uma Só Saúde (One Health)', reconhecendo a interdependência entre saúde humana, saúde animal e integridade ambiental. A degradação dos ecossistemas terrestres e aquáticos, a perda de biodiversidade, a concentração intensiva da produção animal terrestre e aquática e a sobre-exploração e impacto indireto às espécies selvagens geram impactos que ultrapassam a dimensão ambiental, afetando diretamente a segurança alimentar e nutricional, a saúde pública, a estabilidade climática e a resiliência socioeconômica das populações. Nesse sentido, pensar sistemas alimentares sustentáveis exige considerar não apenas os efeitos sobre seres humanos, mas também sobre os animais e os ecossistemas que sustentam toda a vida.

Diante desse contexto, a realização da presente audiência pública mostra-se essencial para reunir especialistas, gestores públicos, representantes da sociedade civil e de setores da agricultura familiar e da agroecologia, com o objetivo de debater estratégias e construir propostas estruturantes que considerem os custos ocultos dos sistemas alimentares e promovam a transição para modelos mais saudáveis, sustentáveis e justos.

**Deputada DUDA SALABERT**

**PSOL/MG**

<sup>7</sup> Brasil. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Marco de Referência de Sistemas Alimentares e Clima para Políticas Públicas. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2025. 102 p.

